



## **A MATERNIDADE EM TERRAS DE LUTA: UMA ANÁLISE SOCIAL NO ASSENTAMENTO JOÃO BATISTA II**

Leandra Lima de SOUZA<sup>1</sup>  
Marina Ramos Neves de CASTRO<sup>2</sup>

Universidade Federal do Pará – UFPA  
Instituto de Letras e Comunicação – ILC  
Faculdade de Comunicação – Facom  
Curso de Comunicação Social - Jornalismo

### **RESUMO**

O presente artigo busca analisar como o exercício materno se estabelece no Assentamento João Batista II, tal como os desdobramentos que precedem dessa ação para o movimento e para as mulheres/mães que o compõem. A pesquisa recolheu relatos no espaço, com o intuito de identificar as práticas maternas desenvolvidas por quem luta pelo acesso ao lar e a terra. Assim como, procurou destacar quais as implicações da maternidade para a vida das mulheres assentadas, a partir de um olhar que aponta a sua manutenção como uma ato que possa gerar explorações e abusos, se exercido de acordo com uma condição ocidental e patriarcal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maternidade; Maternagem; Cuidado; MST.

### **1. INTRODUÇÃO**

Traçar os caminhos que construíram e fundamentaram esta pesquisa, significou focar na realização de uma análise mediante a uma prática, que como pesquisadora desconheço: ser mãe e ser assentada. Mas como filha de mães – sim, eu possuo duas –, que me permitiram acreditar que vivências e experiências são complexas e diversas, acredito que consegui detalhar, a partir de um recorte preciso, como se estabelece o exercício materno no Assentamento do Movimento Sem Terra João Batista II (MST-JB II), localizado na zona rural do município de Castanhal/Pará. A escolha da localidade que sediará a pesquisa foi desenhada em uma visita de campo, oferecida no primeiro semestre do ano de 2023, a turma de Comunicação Social – Jornalismo 2020. A receptividade das

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Jornalismo da FACOM - UFPA, e-mail: souleandra04@gmail.com.

<sup>2</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da FACOM - UFPA, e-mail: marinacastro@ufpa.br.



pessoas que configuram o JB II, proporcionou um ambiente adequado para fornecer interlocutoras, que ajudaram a compor o objeto empírico que basearia a análise deste estudo. Assim, nasceu a ideia de investigar sobre a maternidade sem-terra e os impactos que uma lógica ocidental podem promover, mesmo em um espaço com vieses formados por uma base progressistas. Feita a escolha do objeto empírico, era necessário pensar como a pesquisa seria desenhada. E por meio de um comum acordo entre orientadora e orientanda, foi decidido que os dados da pesquisa seriam adquiridos a partir de uma pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, com perguntas curtas e diretas preestabelecidas. Com isso, dentre os dias 7 e 13 de maio de 2024 (sete dias inteiros), foram recolhidos relatos e depoimentos de 15 mulheres/mães assentadas para protagonizarem este estudo.

Por motivos de recorte, que toda pesquisa necessita obter, das entrevistas que foram efetuadas – de mulheres/mães que vivem constantemente no assentamento –, apenas cinco integram e protagonizam este estudo. O critério de seleção se baseou na comunicação direta que poderia ser estabelecida posteriormente com as interlocutoras, caso fosse preciso esclarecer possíveis dúvidas que surgissem ao longo da pesquisa. O JB II está localizado em uma área rural, onde as redes de telefone e *internet* oscilam consideravelmente – algo que costuma dificultar o contato com os moradores de lá. As cinco selecionadas, possuem *internet* via rádio em suas residências, fator que corroboraria para um contato mais acelerado quando fosse necessário, tal como foi. Com a seleção concluída, foi firmado um acordo entre orientanda e orientadora, que as identidades de cada uma das entrevistadas seriam preservadas, assim cada uma ganharia nomes fictícios, que direcionariam o leitor ao longo da pesquisa. Dessa forma, as interlocutoras foram nomeadas como Maria Alves, Lucília Pereira, Maria Leocádia, Zinda Gomes e Crispina Gomes<sup>3</sup>.

Com o material obtido, era necessário identificar o problema proposto: como essa maternidade se constrói para mulheres que vivem num assentamentos do MST? Logo, quais os pretextos sociais e econômicos que as direcionam a um ambiente, que para ser possuído, precisa primeiro ser ocupado? Para explicar tais questionamentos, foi preciso entender que a maternidade dessas mulheres/mães está intrinsecamente associada as lutas

---

<sup>3</sup> Esses são nomes de matriarcas que já se foram, presentes na minha árvore genealógica. Sendo elas avós, bisavós e tataravós na qual fazem parte de uma fonte de conhecimento inesgotável que ajudou a ser e criar quem eu sou: Leandra Lima de SOUZA.



e disputas de interesse que a composição de um assentamento vinculado ao MST estabelece. Por isso, para a produção deste estudo, o método aplicado partiu da Análise de Conteúdo resultante da pesquisa de campo, ou seja, as entrevistas semiestruturadas. A intenção era compreender metodologicamente, como o pacto firmado entre o espaço em que vivem e o seu exercício materno são capazes de configuram as suas narrativas, enquanto mulheres/mães assentadas.

Não se pode fazer análise da narrativa ignorando as relações culturais que se estabelecem no ato narrativo, desde o princípio. As narrativas são relações argumentativas que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades, e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder (Motta, 2013, p. 121).

Assimilada a construção estabelecida entre o espaço e o exercício materno, se torna imprescindível evidenciar o envolvimento das noções ocidentais na concepção deste pacto. Assim, é fundamental esclarecer duas expressões: maternidade e maternagem, uma vez que elas serão muito presentes ao longo de toda a pesquisa. Gradvohl, Osis e Makuch (2014) definem que a maternidade “é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea”<sup>4</sup>, e a maternagem “é estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento”<sup>5</sup>. Diferenciar o que é maternidade e maternagem, ajuda a entender qual o papel que uma sociedade baseada em um modelo capitalista e patriarcal – que formulam as normativas do Ocidente –, designa a uma mulher/mãe, mesmo em um espaço, mais uma vez, inspirado no progresso e na coletividade como um assentamento do MST.

E mesmo no modelo de sociedade atual – que destina a responsabilidade total do filho para quem pare –, as condições envolventes no ato de experienciar a maternagem, se diferem interseccionalmente: há as mães que estudam – ou que estudam e trabalham –; há as mães que residem em áreas de risco e/ou conflito; há as que são pobres e/ou vivem em situação de miserabilidade; e há as que são ricas, que também são afetadas pelo formato que comanda o ocidentalismo, mesmo que em menor escala. Uma vez que “existem múltiplas formas de maternas”<sup>6</sup>. Com isso, questões como poder econômico, regionalidade, raça e etnia determinam o grau de acesso e privilégios que cada mulher terá em relação ao exercício da sua maternagem. Logo, para desenvolver esta pesquisa,

<sup>4</sup> Gradvohl, Osis e Makuch, 2014, p. 56

<sup>5</sup> Gradvohl, Osis e Makuch, 2014, p. 56

<sup>6</sup> Valente, 2023, p.24



foi importante identificar os problemas que impactam negativamente a maternagem no JB II, mas também, apresentar o contexto social no qual essas problemáticas estão inseridas.

Essa diversidade de formas não implica igualdade entre elas. O ideal ocidental, branco, heteronormativo e burguês é permanentemente reforçado – pela mídia, pela escola, pela religião, muitas vezes até pela legislação – como a forma “correta” de exercício da maternidade, levando todas as outras mulheres a se sentirem culpadas por não serem capazes de alcançá-lo. (Valente, 2023, p. 24).

Por conta de tais complexidades apresentadas, que envolvem o ato materno das cinco mães que compuseram esta pesquisa, era inviável que o trabalho não se debruçasse sobre um viés feminista, com a finalidade de esclarecer como essas práticas de exploração e abuso, são percebidas e encontradas no exercício materno de mulheres assentadas. “Mulheres ocidentais adquiriram poder de classe e maior desigualdade de gênero, porque um patriarcado de supremacia branca global escraviza e/ou subordina multidões de mulheres do terceiro mundo” (Hooks, 2020, p. 73).

E para dar prosseguimento a tal discussão, é importante frisar que as mulheres assentadas – em sua maioria mães – ocupam, lutam e resistem pelo território, sendo oprimidas e desvalidadas enquanto militantes camponesas na mesma intensidade que os homens. Contudo, quando estas sujeitas, juntamente com os seus parceiros, evoluem para o estágio de proprietárias da sua terra, as várias formas de violência e exploração (que muitas vezes se rompem durante a ocupação), retornam. Gonçalves (2009) apresenta uma estrutura da movimentação que a mulher ocupa ao longo dos estágios de implementação de um assentamento do MST.

1) ocupação: quando as mulheres com frequência estão na linha de frente nos confrontos armados com o aparato repressivo “clandestino” e/ou estatal; 2) acampamento: onde, apesar das constantes e violentas investidas dos jagunços das fazendas, há uma maior participação política das mulheres e quando se vive o mais próximo de uma igualdade entre os sexos; e 3) assentamento: quando percebemos um recuo das mulheres para a chamada esfera doméstica (Gonçalves, 2009, p. 199).

Logo, nesse último estágio, quando a terra ocupada já está em divisão e processo de posse, as mulheres tendem a voltar os seus direcionamentos e cuidados, em tempo integral, para a maternagem e outras funções domésticas, abdicando de seu ativismo e militância. Dessa maneira, foram construídas quatro análises gerais que auxiliam no



desenvolvimento desta pesquisa: *Do lar e da terra*; Amor materno: uma conquista, mas também uma imposição; Cuidado em forma de cansaço; Maternidade Solo. Badinter (1985), caracteriza que tal condição moralista que envolve a romantização do amor materno, a qual o categoriza como um sentimento indivisível de cada mulher, não como um “sentimento humano”<sup>7</sup>. Dito isso, tal sentimento está sujeito a uma série de variabilidades, provenientes de fatores sociais que envolvem a cultura, a ambição e a frustração de cada mulher.

## 2. DONA DO LAR E DA TERRA

Ter um lugar para amparar e criar os filhos com segurança e certa estabilidade foi o que motivou e motiva essas cinco mulheres a se estabelecerem no Assentamento JB II – um espaço que possui pouco assistencialismo governamental, principalmente em relação à saúde, educação e saneamento básico. O assentamento se organiza em um formato de agrovila, ou seja, comporta loteamentos de terras titularizados pelo Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra) e uma vila onde estão os principais serviços de bem-estar e lazer que as famílias assentadas podem usufruir: escola, posto de saúde, água encanada, igrejas e uma praça central – com um campo gramado e um de areia. Logo, o que se percebe é que tais narrativas maternas existem de tal maneira, por conta da afinidade com o espaço que cada uma dessas mulheres construiu em relação a sua manutenção e a de seus filhos no assentamento. Por mais que elas mesmas não entendam com propriedade, a maneira como cada uma exerce a maternagem está automaticamente vinculada a luta camponesa. Maria Alves é o exemplo clássico desse elo: maternagem e luta camponesa. Chegou no local com a primeira comitiva de assentados, há 25 anos (a idade do JB II), acompanhada dos oito filhos pequenos, nenhum centavo no bolso e analfabeta. Todas as adversidades existentes em uma ocupação do MST, que poderiam tê-la feito desistir, não a desencorajaram em nenhum momento. Pelo contrário, a fizeram entender que lutar pela regularização daquela terra, em prol de várias famílias e a sua, iria melhorar consideravelmente a realidade de todos.

O meu sonho era possuir uma terra. Mas sabe, naquela época era tão difícil, pior que agora. Aí, eu morava em Castanhal, com um bocado de menino pequeno, né? Aí o João<sup>8</sup> chegou lá chamando a gente pra esse Acampamento. Aí eu perguntei, mas tem futuro isso aí? Que eu nunca tinha visto ele, né, era um desconhecido. Ele disse, tem. A gente ganha!

<sup>7</sup> Badinter, 1985, p. 22

<sup>8</sup> Nome fictício



Quem permanece lá dentro, a luta é grande. A gente vai morar numa casa de palha, papéis, de lona preta. A gente vai passar fome. A gente come até do lixo. Ele falou, e ele não mentiu. Mas se a gente ficar firme e forte, a gente ganha a terra (Maria Alves. Mãe Solo. Entrevista concedida em 11/05/2024).

Motta (2013) considera que as experiências sociais que cada pessoa adquire ao longo da vida, a transformam enquanto indivíduo e caracterizam a sua narrativa. “As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser analisadas isoladamente, sob pena de perderem o seu objeto determinante” (Motta, 2013, p. 120). Nesse ínterim, é possível afirmar que a Maternagem de Maria e das outras quatro mulheres que protagonizam esta pesquisa, foi sendo formulada de acordo com os estágios que regularizam a formação do JB II, tal como Gonçalves (2009) conceitua como espaços de ocupação da mulher no MST: ocupação, acampamento e assentamento<sup>9</sup>.

É bem comum que grande parte dos assentados e assentadas não possuam um bom entendimento sobre as lutas que o MST trava para conquistar um território. Tanto que das cinco mulheres assentadas, somente Zinda Gomes não possuía uma primeira impressão negativa sobre o MST, uma vez que ela chegou no local quando ainda era ocupação, ou seja, formou seu caráter e senso crítico por lá, entendendo os benefícios da luta camponesa. No caso de para Maria Alves, era tudo uma novidade, “nunca tinha nem visto falar”<sup>10</sup> no movimento. Só que o fato de não conhecerem ou terem um primeiro entendimento estereotipado pela mídia hegemônica, não as impediu ou desestimulou de permanecer no local, uma vez que o assentamento as ofereceu um o que cada uma mais precisava: moradia, renda e dignidade familiar. Farias (2011), conceitua que “quando a terra se transforma em uma aspiração, as famílias passam a lutar com mais vigor por ela e, portanto, se alinham a movimentos sociais que possibilitem a conquista desse sonho, por meio da coletividade, a partir de “orientações políticas e ideológicas diversas” (Farias, 2011, p. 2). Para Maria Alves, e a todas as mulheres/mães que participaram desse estudo, foi por intermédio do MST, direta ou indiretamente, que cada uma conquistou moradia própria.

Farias (2011) conceitua que esse elo entre a luta pela terra e o alcance de uma moradia digna, estabelece nas famílias que batalham por esse modelo de existência uma

<sup>9</sup> Gonçalves, 2009, p. 199

<sup>10</sup> Maria Alves. Mãe Solo. Entrevista concedida em 11/05/2024



“aspiração de vida”<sup>11</sup>. “A mulher e os homens são do campo e da cidade, são caminhantes que aspiram uma vida de fartura, de sossego e de reconhecimento do seu modo de vida, que reflete trajetórias marcadas por idas e vindas, cuja terra se coloca como um horizonte possível.” (Farias, 2011, p. 2). E o horizonte possível de Maria Alves, Crispina Gomes, Lucília Pereira, Maria Leocádia e Zinda Gomes foi justamente obter uma casa própria e/ou um lote próprio no JB II.

Foi o orgulho maior que eu tive em toda a minha vida, é esse pedacinho de terra que eu tenho. Graças ao meu bom Deus e com luta, com sacrifício, mas agradeço muito a Deus todo dia pelo meu pedacinho de terra. Eu cortei minha terra e dei pra cada um dos filhos um pedacinho (Maria Alves. Mãe Solo. Entrevista concedida em 11/05/2024).

Sentir orgulho pelo espaço que ocupa é também uma forma de pertencimento; é a capacidade de poder ter sonhado em possuir um lugar e de fato possuí-lo; é afirmar sua existência no mundo; é garantir que mesmo num sistema ocidental que oprime mulheres e as classifica como meras marionetes, de variadas formas, há possibilidades de firmar as suas existências por meio de simbologias tão expressivas, como ter um lar para chamar de seu. “As narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira” (Motta, 2013, p. 121). Logo, desconsiderar a maternagem das interlocutoras, sem identificar o espaço em que vivem, é também desconfigurar parte de sua existência, de sua narrativa.

### **3. AMOR MATERNO: UMA CONQUISTA, MAS TAMBÉM UMA IMPOSIÇÃO**

Desde muito pequenas mulheres são socialmente introduzidas num universo da maternidade, possuindo obrigações e até distrações que as induzam a serem boas esposas e boas mães, de acordo com uma visão problemática e sexista criada por uma hegemonia patriarcal. Tais atividades, em uma sociedade que prega como padrão a heteronormativa desde a primeira infância de uma menina, determinam se ela exercerá plenamente os seus compromissos com a maternidade quando enfim chegar o seu momento de ser mãe. Esse cenário que permeia o crescimento de uma mulher, instiga a questionar se o amor materno é algo que foi imposto ao longo da vida de uma mulher ou se é algo que foi conquistado ao longo da maternagem.

---

<sup>11</sup> Farias, 2011, p. 2



Para Badinter (1985), o amor materno está inserido em um processo de

construção social que foi sendo reformulado com o passar dos anos. Em seu livro *Um amor conquistado: mito do amor materno* (publicado em 1981), Badinter demonstra que essa construção social se sustenta a partir de um movimento criado no século XVIII, que abundou a Europa (polo da construção do pensamento ocidental), com publicações recomendando que as mães cuidassem pessoalmente e interinamente de seus filhos. Tais estudos obrigavam as mulheres, a serem “mães antes de tudo”<sup>12</sup>.

E essa perspectiva continua viva e latente três séculos depois, mesmo com os contínuos avanços de discussões sobre o feminismo em espaços de socialização, fundamentados no progressismo, como o Assentamento JB II. Zinda Gomes é a prova de que o “ser mãe antes de tudo”<sup>13</sup> ainda não caiu sob desuso. Mãe de quatro filhos: três meninos e uma menina. Gomes encontrou a maternidade e a maternagem ainda na adolescência, aos 15 anos. Desde essa idade até os seus 23 anos, viveu com o então ex-marido, genitor<sup>14</sup> de todos os seus filhos. A renda mensal da interlocutora é estabelecida por uma pensão alimentícia, conquistada por meio de uma batalha judicial, mais o auxílio financeiro do Bolsa Família<sup>15</sup>. “É, às vezes, é assim, quando um tá doente, aí quando tá melhorando, aí o outro fica doente também. Aí eu faço o que eu posso. Porque, como dizem: ‘é eu e eu de novo’. Assim que a gente vai batalhando” (Zinda Gomes. Mãe solo. Entrevista concedida em 08/05/2024).

No relato de Zinda, é surpreendente identificar a naturalização com que ela lida perante as adversidades que permeiam o exercício da sua maternagem. “É eu e eu de novo.”<sup>16</sup> Essa frase, demonstra que para ela, a maternidade significa desdobra-se ao máximo para garantir o bem-estar de seus filhos, pois ela deve ser “mãe acima de tudo”<sup>17</sup>. Um paradigma sustentado por uma lógica que rege os preceitos ocidentalistas que regulam o ciclo social que essas interlocutoras estão introduzidas, na intenção de que sejam mulheres/mães que assumam de prontidão as responsabilidades de um filho

---

<sup>12</sup> Badinter, 1985, p. 145

<sup>13</sup> Badinter, 1985, p. 145

<sup>14</sup> Homem que foi responsável por participar da geração e fecundação de uma criança, mas não necessariamente faz parte da criação da mesma.

<sup>15</sup> Programa Social criado por meio de uma política pública fundada ainda no primeiro governo Lula.

<sup>16</sup> Zinda Gomes. Mãe solo. Entrevista concedida em 08/05/2024

<sup>17</sup> Badinter, 1985, p. 145



internamente, e que, ainda, estejam submetidas ao lar e a família. Assim, privando-as de obterem avanços em maiores níveis de escolaridade e/ou profissional.

Essa premissa que relega as mulheres aos cuidados pleno de um filho, também se sustenta por meio da religiosidade católica/cristã, na qual compara o trabalho árduo e exploratório que é designado as mulheres (cuidar da casa, dos filhos e do marido – se presente no eixo familiar), como uma simbologia sagrada da representação de Maria: mulher imaculada, sem pecados, que suporta tudo e qualquer coisa. “Colocar Maria como símbolo maior do que é ser uma ‘boa mãe’ impõe um padrão inalcançável para todas as outras mulheres” (Valente, 2023, p. 38).

Envolvida por esses aspectos, Zinda assume a responsabilidade total sobre os filhos. O único apoio que conta, é centrado quase que unicamente na cunhada – a figura de outra mulher. De acordo com ela, quando precisa resolver alguma coisa sozinha, como se deslocar até o centro da cidade de Castanhal, é sempre a cunhada que a ampara. “Eu deixo com a minha cunhada. Sempre é ela que fica.”<sup>18</sup> Ou seja, a rede de apoio de Zinda se estende a uma pessoa basicamente.

Uma vez que nossa sociedade continua sendo primordialmente uma cultura "cristã", multidões de pessoas continuam acreditando que deus ordenou que mulheres fossem subordinadas aos homens no ambiente doméstico. Ainda que multidões de mulheres tenham entrado no mercado de trabalho, ainda que várias mulheres sejam chefes e arrimo de família, a noção de vida doméstica que ainda domina o imaginário da nação é a de que a lógica da dominação masculina está intacta, seja o homem presente em casa ou não (Hooks, 2020, p. 18).

Outra interlocutora que relata a mesma realidade é Lucília Pereira, mãe de dois filhos: um menino e uma menina. Lucília é dona de casa<sup>19</sup>, ou seja, passa o dia dedicando suas atividades diárias ao lar e aos dois filhos: um menino e uma menina. A filha ainda é pequena, depende interinamente do cuidado de um adulto para sobreviver. Lucília não esconde e até confessa, rindo, que “é quase 100%”<sup>20</sup> do seu tempo ao lado da caçula. Essa característica da individualização do trabalho materno também é efeito da influência do patriarcado na execução da maternagem – mesmo dentro do MST que se coloca como um movimento progressista –, haja vista que anteriormente a maternidade poderia ser designada por meio de diferentes formas: demandada a terceiros; praticada de forma

<sup>18</sup> Zinda Gomes. Mãe solo. Entrevista concedida em 08/05/2024

<sup>19</sup> Função de trabalho não remunerada.

<sup>20</sup> Lucília Pereira. Casada. Entrevista concedida em 10/05/2024



coletiva; entre outras condutas sociais que alteram a forma de cuidado infantil na qual conhecemos hoje. Valente (2023) concorda com Bardinter no argumento de que a maternidade no modelo atual está influenciada “por diferentes práticas discursivas”<sup>21</sup> que envolvem conceitos filosóficos, médicos, políticos e religiosos. E, ainda, destaca que há um marco para estabelecer a conduta do cuidado materno, algo que está diretamente ligado ao “surgimento da infância como uma preocupação social e a reorganização da família moderna”<sup>22</sup>. “É possível pensar que as elaborações sociais e culturais sobre o significado da maternidade estão historicamente associadas à emergência do sentimento de infância e as reconfigurações familiares” (Valente, 2023, p. 25). Diante dessa reconfiguração, regada pela presença do machismo e do sexismo, as mulheres foram responsabilizadas pelas atividades mais árduas em relação ao cuidado – principalmente as que pertencem a classes sociais mais abastadas.

A diferença de classes e a maneira como isso divide as mulheres foi uma questão sobre a qual mulheres do movimento feminista falavam bem antes de abordar raça. Nos círculos primordialmente brancos de um recém-formado movimento de libertação das mulheres, a forma mais explícita de separação das mulheres era por classes. Mulheres brancas da classe trabalhadora reconheceram a presença de hierarquias de classes no movimento. Surgiram conflitos entre a visão reformista de libertação das mulheres, que basicamente exigia direitos iguais para mulheres dentro da estrutura de classes existente, e modelos mais radicais e/ou revolucionários, que clamavam por uma mudança fundamental na estrutura existente, para que modelos de reciprocidade e igualdade pudessem substituir antigos paradigmas. No entanto, à medida que o movimento feminista progredia e grupos privilegiados de mulheres brancas com alto nível de educação começaram a ter acesso ao poder de classe igual ao de seus companheiros homens, a luta de classe feminista já não era considerada importante (Hooks, 2020, p. 65).

Em um determinado momento da conversa com Lucília, perguntei se quando ela estava doente, alguém assumia suas responsabilidades: cuidar da casa e cuidar dos filhos, e ela, sem pestanejar, declarou que “mãe não pode adoecer”<sup>23</sup>.

É até um pouco injusto, né? Porque às vezes o pai adocece, aí ele se acama, ele fica ali deitadinho. Agora a mãe, não. A gente tem que pegar força lá não sei de onde e tem que ir pra cima, voltar a trabalhar. Agora eu fiz um tratamento dentário e tudo. Mas não tive aquele resguardo de dizer assim, não! Tenho uma criança que está ativa. Aí por isso que às vezes eu digo, mãe tem que morrer em pé (Lucília Pereira. Casada. Entrevista concedida em 10/05/2024)

<sup>21</sup> Valente, 2023, p. 25

<sup>22</sup> Valente, 2023, p. 25

<sup>23</sup> Lucília Pereira. Casada. Entrevista concedida em 10/05/2024

Com tais narrativas, é possível entender que essas mulheres obtêm uma noção sobre as injustiças as quais estão acometidas. Ao longo das entrevistas, elas apontam relatos como este, que comprovam a consciência de estar submetida a uma relação de exploração vinculada ao exercício da maternidade. Contudo, obter tal consciência não é o suficiente para que Zinda e Lucília, mantidas nessa realidade (e tantas outras mulheres/mães em demais cenários e aspectos), consigam romper com as amarras da exploração patriarcal e, com isso, comecem a exercer uma maternidade mais humanizada, sem a perspectiva de que devam “ser mãe antes de tudo”<sup>24</sup>. Uma vez que esse pensamento moral é socialmente estruturado pelo machismo e sexismo, que força ao máximo para que corpos femininos sejam plenamente submissos, principalmente no exercício da maternagem. Valente (2023) considera que a maternidade necessita ser compreendida de forma mais complexa, tal como um “fenômeno social”<sup>25</sup>. Quando o meio em que Zinda e Lucília exercem as suas práticas maternais, as submete a uma posição exploratória, é preciso mostrar, como aqui está sendo feito, que tal realidade não é a justa ou a ideal. Tal como apontar que o que elas entendem por maternar<sup>26</sup>, isto é, suas concepções de amor materno, é um efeito de algo projetado nas sociedades ocidentais a pelo menos três séculos, no qual instituiu que mães não podem estar sujeitas a sentir cansaço, a reclamar, a se abater ou afligir.

#### 4. CUIDADO EM FORMA DE CANSAÇO

Ao longo de todas as entrevistas, ficou evidente que a maternidade, e tudo o que envolve a sua composição, gera uma imensa exaustão as interlocutoras. Simplesmente não é permitido que elas adoçam, que elas se cansem, que elas sejam humanas. A condição de maternidade que lhes é permitida é a de nunca desistir, sempre estar ativa, porque aquela é uma carga que ela tem o dever de suportar acima de tudo. A tese *A maternidade é política: mobilização da maternidade por candidatas no Instagram (2021-2022)*, de Alana Valente, apresenta como tais responsabilidades são encaradas a partir de um formato estabelecido pela justificativa do cuidado, um trabalho convencionalmente

---

<sup>24</sup> Badinter, 1985, p. 145

<sup>25</sup> Valente, 2023, p. 23

<sup>26</sup> Significa cuidar de um filho do seu nascimento até a sua vida adulta.



relegado às mulheres, que na verdade não é considerado realmente como trabalho, justamente para que tais ações se revertam em “atos de amor e devoção”<sup>27</sup>.

A Lucília, a mesma que pontuou que a “mãe não pode adoecer”<sup>28</sup>, porque tem que estar presente para os filhos, para o marido e para os afazeres domésticos, também relatou o quanto se sente exausta com a carga diária que suporta.

Tem momento que a gente enfraquece, né? Momento que a gente quer entregar, jogar, chutar, pendurar a chuteira, mas tem que continuar, né? Mas a gente fica esgotada, sim. É demais cansativo. Filho e serviço de casa não é moleza. Quem pensa que é, não é, não (Lucília Pereira. Casada. Entrevista concedida em 10/05/2024).

O relato de Lucília demonstra o tamanho da exaustão que a maioria das mulheres sentem, estando isentas apenas aquelas que contam, obviamente, com uma estável rede de apoio. Uma realidade que não alcança a nenhuma das interlocutoras escaladas para esta pesquisa. E por mais que essas mulheres ocupem um espaço que aspira coletividade, elas continuam a serem vítimas da exclusão e da solidão que o patriarcado emana sobre o exercício materno de cada uma. Gonçalves (2009) explica que a partir do momento em que as mulheres são fixadas no círculo individual, quando se regulamenta uma propriedade privada para cada família assentada – por meio da regulação do assentamento –, tendem a serem reativadas as diversas formas de opressão dos corpos femininos, tal como a exploração materna. “Nos assentamentos, enquanto os homens vão para a roça, as mulheres ficam em casa cuidando das atividades domésticas” (Gonçalves, 2009, p. 202-203). E tais atividades domésticas envolvem cuidar da casa, dos filhos e do marido. Assim, sentir exaustão com todos esses processos que envolvem uma maternidade baseada na sobrecarga, se torna uma constante.

Maria Leocádia é outra figura materna assentada, que assume a função de cuidadora. Mãe de três filhos: dois homens e uma mulher, a senhora de 65 anos assume a esfera do cuidado para além do seu eixo familiar. A sua casa está fixada em um ponto de encontro no assentamento, onde as pessoas vão em busca de auxílio, seja relacionado à saúde, à alimentação ou somente para espairar conversando. Isso possibilita com que o lar de Leocádia esteja sempre cheia. Outro aspecto que também a configura neste posto de fornecer cuidado, é o seu vasto conhecimento medicinal a partir do uso e manuseio das plantas. Algo que faz com que Leocádia acabe sendo requisitada tanto pela família quanto pela vizinhança. Mesmo durante a pandemia da covid-19, ela conta que chegou a receber

<sup>27</sup> Valente, 2023, p. 41

<sup>28</sup> Lucília Pereira. Casada. Entrevista concedida em 10/05/2024



diversas pessoas em casa, na qual desde o início haviam as restrições sanitárias, e iam em busca de auxílio. Leocádia fazia chás, dava alguma orientação médica e mandava que voltassem aos seus lares. O populismo de curandeira também têm uma razão profissional, porque além de Leocádia ser uma senhora extremamente adorável, ela também fez um curso técnico de enfermagem, que lhe ajudou a conhecer alguns cuidados vinculados a recursos medicinais. Algo que a instiga a tomar o tal posicionamento de cuidadora. Mas, quem cuida de Leocádia? Valente (2023) considera que essas diversas práticas de cuidado que as mulheres oferecem em prol do bem-estar da família e da sociedade é apenas uma espécie de “trabalho invisível, que não é realizado para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza do amor, do dever materno e da sociedade” (Valente, 2023, p.41). Por exemplo, quando Leocádia foi questionada sobre quem poderia lhe oferecer cuidado (caso fosse preciso em momento de doença), instantaneamente a sua resposta foi a de que recebe bençãos divinas para não padecer, isto é, para não precisar que alguém realize esse trabalho – porque sim, cuidado é uma forma de trabalho majoritariamente não remunerada. Dada a postura de Leocádia, é possível ler que o seu comportamento é admitido porque muito provavelmente não há quem possa assumir as suas responsabilidades, seja no âmbito doméstico ou coletivo. “Acho que é Deus que me protege. Acho que é Deus que me dá saúde” (Maria Leocádia. Casada. Entrevista concedida em 12/05/2024). Um comportamento que reflete a incapacidade de ao menos poder ficar doente.

Tanto Lucília quanto Leocádia – matriarcas –, que são responsáveis pelo cuidado seja da família ou do meio social no qual habitam, não se permitem pensar, em momento algum, no ato de descansar. Pois para elas, não há subdivisão de tarefas relacionadas ao cuidado. E como apresentado anteriormente nesta pesquisa, essa é uma estratégia que funciona com o intuito de aprisionar e explorar os corpos femininos, em função das normativas do patriarcado e do capitalismo. Oyèwùmí Oyèrónkẹ (2021), indica que esse conceito de divisão de tarefas sociais – tal como a do cuidado – que a organização ocidental impôs, é uma “abordagem problemática”<sup>29</sup>. A autora nigeriana destaca como exemplo as divisões de trabalho que eram implementadas na Velha Oyó<sup>30</sup>, para derrubar a concepção atual que obtemos como uma responsabilidade única e exclusiva da mulher.

---

<sup>29</sup> (Oyèrónkẹ, 2021, p. 125)

<sup>30</sup> Foi uma sociedade composta majoritariamente pelos povos iorubás, que esteve localizada onde hoje estão concentrados os países da Nigéria e Benin. Mais informações, acesse em: <https://www.britannica.com/place/Oyo-state-Nigeria>



Apresentar a divisão do trabalho na sociedade iorubá em termos de papel conjugal ignora o fato de que pessoas em relação de irmandade tinham responsabilidades concretas umas para com as outras e para com as várias aya<sup>31</sup> e sua prole (Oyèrónkẹ, 2021, p. 125).

Logo, Oyèrónkẹ demonstra que nos moldes sociais da Velha Oyó, a divisão de trabalho, a partir de uma estratégia coletiva, fortalece a sociedade. Portanto, aqui se compreende e visualiza que o cansaço, tal como a privação do descanso para sucumbi-lo, compõem um formato social que foi criado na intenção de reprimir corpos femininos. E tal repressão promove fadiga, estresse e adoecimento nas mulheres, de forma física e psicológica.

## 5. MATERNIDADE SOLO

Mulheres são ensinadas e cobradas desde muito pequenas a serem boas mães, porém o mesmo não ocorre com os homens. Além de não serem ensinados ou cobrados convencionalmente a serem boas figuras paternas, também não são responsabilizados caso uma gravidez indesejada venha a ocorrer. A preocupação é exclusivamente da mulher. Na autobiografia *Mamãe e Eu e Mamãe*, Maya Angelou (2018) demonstra como tal irresponsabilidade masculina ocorre na prática. A partir de relatos de sua própria história, Angelou detalha como foi ter sido abandonada desde as primeiras semanas de sua gestação, pelo então genitor de seu único filho, Guy Johnson.

Dois meses se passaram e descobri que estava grávida. Liguei para Babe e o convidei a vir até a minha casa. Quando lhe contei que estava grávida, ele agiu como se tivesse quatro anos de idade. Choramingou: “Eu não sou o pai. Não me venha com essa mentira. Não minta para mim.” Então falei: “Pode ir embora.” Eu podia ser bastante autoritária quando era jovem. “Pode sair. Saia pelos fundos.” (Angelou, 2018, p. 51)

E mesmo quando a responsabilidade paterna não é ignorada desde o início da gestação como aconteceu com Angelou e tantas outras mulheres, não se pode afirmar que em determinado momento uma mãe não terá que exercer a maternidade sozinha. O censo 2022<sup>32</sup> registrou que o Brasil atualmente possui mais de 87 mil crianças sem o registro paterno na certidão de nascimento. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse número representa um percentual de 99,3%. Segundo o órgão, os dados refletem um aumento em relação aos números que foram coletados no último censo

<sup>31</sup> Significa mãe em iorubá.

<sup>32</sup> Acesse em: <https://g1.globo.com/economia/censo/noticia/2024/08/08/censo-registro-civil.ghtml>



2010, o qual apresentavam um percentual de 37% menos do valor atual. Entretanto, o que a então pesquisa não demonstra, é se essa paternidade reconhecida em cartório, continuará presente no convívio social do(a) filho(a) que foi posto no mundo. Porque mais uma vez, homens são isentados da responsabilidade e do cuidado de uma vida que eles mesmos ajudaram a criar. Um exemplo muito claro dessa dinâmica, são as cinco mulheres presentes nesta pesquisa, na qual todas, de alguma maneira, já conviveram ou convivem com a realidade de serem mães solas<sup>33</sup>.

Crispina Gomes pariu todos os cinco filhos: três meninas e dois meninos, no Assentamento JB II. Chegou no local em 1999, quando tinha 17 anos, na época em que ainda era acampamento. Conheceu os dois companheiros que teve, também por lá. O ex-companheiro, que é genitor dos seus três primeiros filhos, a largava a própria sorte no assentamento.

Ele saía pra Castanhal e me deixava aqui no assentamento. Disse que arrumou um emprego, um serviço pra lá e desse serviço ele quase não vinha, não mandava as coisas. O pai dele era que me ajudava, né? E eu vinha pro lote de uma vizinha, tomar de conta das criação dela e ela me ajudava, que o marido dela trabalhava com negócio de carregar cesta (básicas) nos caminhões. Eles ganhavam e ela já me ajudava com isso também. Me dando alimento. E assim eu ia passando (Crispina Gomes. Casada. Entrevista concedida em 12/05/2024).

Para muitas figuras maternas, esse é um relato comum. No modelo de sociedade que impera no mundo atual, é normalizado socialmente que mães passem por tais abusos e absurdos, sem poderem reclamar ou se lamentar, ou até mesmo fazer tais quais o genitores e se eximirem da total responsabilidade materna. Janaína Feijó (2023), garante que entre os anos de 2012 e 2022, o número de maternidades solas no Brasil subiu para 17,8%. Nos anos anteriores, o cálculo era de que pelo menos 9,6 milhões de mulheres fossem mães solas, o número atual é de 11,3 milhões<sup>34</sup>. Ainda, desse total de mais de 11 milhões de mães solas no país, a maioria está composta por mães negras (pretas e pardas).

Esse abandono paterno gera, além de esgotamento e desamparo nas mães, traumas e frustrações. Uma vez que elas devem se desdobrar duas vezes mais para manter adequadamente a vida de seus filhos, e se esboçarem que não querem assumir tal

---

<sup>33</sup> O perfil de maternidade solo não diz respeito apenas as mulheres que não mais possuem convivência com os então genitores de seus filhos, mas sim, a todas aquelas que responderam ou respondem pelo cuidado interino dos filhos que pariram e colocaram no mundo.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>



responsabilidade, são automaticamente julgados. Logo, como tal conduta é fruto do patriarcado e do capitalismo que rege esta sociedade, Bell Hooks (2020) avalia que essas mães que estão sendo vítimas de um posicionamento e uma cobrança sexista social, possam vir a reproduzi-los em seu exercício materno. “Na realidade, mulheres chefes de família na sociedade patriarcal, com frequência, sentem-se culpadas pela ausência de uma figura masculina e ficam hiperatentas à comunicação de valores sexistas para as crianças, principalmente para os garotos” (Hooks, 2020, p. 110). Logo, quando os filhos dessas mulheres crescerem, em especial os homens, poderão ser capazes de reproduzir os mesmos comportamentos de abandono manifestados pelos seus genitores.

Crispina, inclusive, segue essa normativa sexista em sua casa. Enquanto todas as suas filhas dividem as tarefas domésticas da residência com ela. O filho caçula, que é o único entre os homens que ainda convive com ela, age ao contrário, ou seja, não possui a responsabilidade de realizar tarefa alguma. Aqui nesta pesquisa, vamos titular o caçula de Eduardo<sup>35</sup>.

O Edu é o bendito fruto, porque não faz quase nada. A gente tem que tá empurrando, vai encher uma garrafa [...]. Quando ele tá sozinho em casa, assim, às vezes, vai varrer a casa. Ele varre mal varrido, mas varre. Mas o tempo dele, mais mesmo é a escola e o celular [...]. Ele foi criado mais assim, mais na moleza mesmo. Não foi muito colocado pra trabalhar. (Crispina Gomes. Casada. Entrevista concedida em 12/05/2024).

Porém, Eduardo age de tal maneira, porque está acostumado com as irmãs sempre tomarem a frente de todas tarefas, e ele, ficar com o básico ou nem isso. Tal dinâmica familiar que perpetua um ciclo de irresponsabilidades que homens adquirem desde muito cedo. Não é que no futuro ele também venha a abandonar a esposa, como fez o primeiro companheiro de Crispina, o qual, é importante frisar, não é o seu pai. Mas sim, que a forma como está sendo educado pela mãe e pelo pai – que é o companheiro atual de Crispina –, na qual não é responsabilizado pelas tarefas domésticas, da mesma forma que as irmãs, o conduz automaticamente a uma ideia de que a função que elas executam não é um dever dele, mas sim delas. Hooks (2020) afirma que o exercício de uma “maternagem e paternagem feminista”<sup>36</sup> pode solucionar a diferenciação que há na criação de meninos e meninas. Para ela, o movimento feminista precisa promover discursões que demonstrem como uma criação igualitária, sem nenhuma distinção de

<sup>35</sup> Uma singela homenagem ao meu primo, que nas reuniões familiares, também sempre escape dos afazeres domésticos.

<sup>36</sup> Hooks, 2020, p. 109



gênero (principalmente nos afazeres domésticos) pode mudar “positivamente a vida da família”<sup>37</sup>. Porém incluir esse exercício no eixo familiar não ocorre facilmente, tanto que Crispina o insere em sua casa até hoje e querendo ou não, ela foi uma vítima da irresponsabilidade que os homens carregam socialmente.

## 8. CONCLUSÃO

Entender que a maternidade no Assentamento João Batista II está diretamente vinculada ao espaço habitado, juntamente com o exercício materno de cada uma das entrevistadas, não foi algo de imediato. No início, o intuito dessa pesquisa era identificar a atuação política ativa de mulheres/mães dentro desse espaço, que a priori é pensado como um grande polo de articulação do MST.

No entanto, o que a pesquisa mostrou foi que as amarras do patriarcado tendem a ultrapassar qualquer brecha, para que possam se instaurar. A brecha em si, que se percebe por aqui, é quando o espaço se fecha novamente para um contexto de coletividade, instaurando as propriedades privadas na extensão do território que foi conquistado.

Portanto, para que a maternidade e a maternagem não estejam majoritariamente vinculadas a cenários de exploração e abusos, dentro de um território que possui como esteio um movimento tão simbólico e importante como o MST, é preciso pensar em novas vias de coletividade que permaneçam durante todos os estágios que integram a criação de um assentamento. Porque enquanto mulheres continuam a estar cansadas, desgastadas e saturadas – desdobrando-se ao máximo para que seus companheiros ou seus filhos obtenham acessos e conquista – em prol de oferecem cuidados infinitos, sem qualquer remuneração, a sociedade patriarcal se mantém em destaque e evidência. Para que mulheres não sejam exploradas, é preciso que seus corpos comecem a ser validados, tal como suas ações.

Não será possível que mulheres se envolvam ativamente no movimento, se para isso elas tenham que se esforçar duas vezes mais que os homens, para então ocupar um lugar que eles ocupam com muito mais facilidade.

---

<sup>37</sup> Hooks, 2020, p. 116



BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. São Paulo: Estudos Avançados - USP, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 57.

GONÇALVES, Renata. **(Re)Politizando o Conceito de Gênero: A Participação Política das Mulheres no MST**. Londrina: Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais – UEL, 2009.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**. Brasília, DF: Editora UNB, 2013, p. 121.